



3880 - Trabalho Completo - XXIV Encontro de Pesquisa Educacional do Nordeste - Reunião Científica Regional da ANPEd (2018)  
GT05 - Estado e Política Educacional

**A REFORMA DO ENSINO MÉDIO NA PERIFERIA DO CAPITALISMO ?** Apontamentos críticos sobre política educacional para a condição juvenil brasileira

Rodrigo da Silva Pereira - UnB - Universidade de Brasília

Pedro Henrique Silva Santos Machado - UFBA - Universidade Federal da Bahia

Agência e/ou Instituição Financiadora: UFBA

#### **Resumo**

Apresentamos resultados parciais de pesquisa em desenvolvimento que objetiva analisar relações entre a reforma do ensino médio, a teoria do desenvolvimento capitalista dependente e a condição juvenil brasileira. Priorizamos uma análise bibliográfica crítica. Indicamos que a reforma pode também ser interpretada como uma política econômica voltada à preparação dos jovens para a superexploração de trabalho.

**Palavras-chave:** Política Educacional; Reforma do Ensino médio; Capitalismo dependente.

#### **A REFORMA DO ENSINO MÉDIO NA PERIFERIA DO CAPITALISMO – Apontamentos críticos sobre política educacional para a condição juvenil brasileira**

##### **Introdução – A reforma do ensino médio e a necessidade de apreender criticamente a política educacional no capitalismo brasileiro**

A reforma do ensino médio, implementada pela Medida Provisória 746 em Setembro de 2016 e regulamentada pela lei 13.415 de Fevereiro de 2017, tem sido tema de diversas análises sob os diferentes aspectos que dizem respeito às mudanças que busca implementar na etapa final da educação básica. Oriunda de um contexto político adverso, o enfoque das análises até então construídas sobre a mesma apontam para elementos contraditórios, que precisam ser compreendidos a partir das relações sociais que as produziram.

Ao analisar a bibliografia até então produzida sobre a reforma, é possível encontrar elementos que permeiam as especificidades do modo de produção capitalista no Brasil, com destaque: a) a articulação de organismos internacionais e nacionais ligados a iniciativa privada, conforme demonstram Frigotto e Motta (2017), e o forte intervencionismo de hegemonias estrangeiras na agenda interna proposta por Florestan Fernandes (1975); b) a reformulação da base curricular e carga horária (Kuenzer, 2017) e característica superexploração do trabalho intrínseca às relações capitalistas em países latino-americanos apontada por Marini (2013). A problemática levantada nos leva à seguinte questão: Como a Reforma do Ensino Médio se insere no contexto de desenvolvimento do capitalismo dependente?

##### **Desenvolvimento - Ensino médio: problemas estruturais e uma reforma em meio há um contexto de crise**

Para compreender a reforma do ensino médio torna-se necessário historicizá-lo enquanto nível de ensino, na sua identidade enquanto instância formativa e as problemáticas que vem enfrentado no decorrer das últimas décadas. E de forma correlata, relacioná-lo com o atual contexto das relações de produção na sociedade capitalista contemporânea, em meio há uma reorganização produtiva a partir da crise econômica iniciada em 2008.

Cury (1998), aponta que no decorrer da sua história o ensino médio perpassou por três diferentes concepções: a formativa, propedêutica e profissionalizante. De maneira que no decorrer dos anos o dualismo social demarcado pela diferenciação de classes é reproduzido nas funções destinadas a escola, por meio de uma organização escolar voltada para uma educação profissional paralela ao ensino secundário propedêutico.

Mesquita e Lelis (2015) apontam que na atualidade está posto um desafio a educação de jovens lançado pela sua universalização e democratização, onde apesar da expansão do ensino médio a partir dos anos 1990 ainda é perceptível a sua estagnação no ponto de vista de somente atender aos estudantes concluintes do ensino fundamental. Ao analisarmos as matrículas no nível de ensino, através dos dados apresentados por Callegari (2012), é perceptível que há um aumento de 120% no período de 1991 a 2011, contudo, é demarcado pela não linearidade. É identificável um aumento no que diz respeito ao período de 1991 a 2004, contudo, a partir deste ano há uma queda de 9% seguida de uma tendência a estabilização.

No aspecto relacionado as políticas de financiamento do Ensino Médio no Brasil, observa-se que através da expansão das matrículas na educação secundária ocorre um rebaixamento no valor gasto por aluno, que implica em uma massificação barata da rede pública, que detém poucos investimentos em infraestrutura nas escolas secundárias, além dos baixos salários dos professores, levando as escolas a funcionarem em diversos turnos para atender uma demanda maior de alunos contudo sem uma ampliação nas instalações que garantam a permanência dos alunos por mais tempo na escola (Mesquita e Lelis, 2015).

De acordo com Costa (2013) o atual contexto de crise que envolve o conjunto do sistema capitalista tanto nos países centrais como nos países periféricos reflete um conjunto de contradições acumuladas desde a década 1960 como a superacumulação de capitais, financeirização das riquezas e o frenesi especulativo. O conjunto desses fatores se expressa agora de forma explícita com reflexos na vida social contemporânea dentro do sistema de acumulação de riquezas globais pois o que demonstram é o resultado da superacumulação de capitais e da sua impossibilidade de valorizá-los na esfera produtiva, o que leva o Estado em suas diferentes instâncias a readequarem suas agendas políticas ao novo contexto.

Em meio a esse cenário que surge a proposta de reforma do ensino médio, demarcada pelo conflito de interesses de classe em torno da etapa final da educação básica. Kuenzer (2017,) afirma que no decorrer dos últimos cinco anos se intensificaram os debates que discutiam acerca de concepções no ensino médio em meio as novas formas de mediação a partir das tecnologias da informação e comunicação.

Nesse debate é possível identificar duas posições em torno das Diretrizes Curriculares Nacionais do Ensino Médio de 2012 (DCNEM/2012): de um lado a dos setores privados que integram a iniciativa Todos pela Educação e o Conselho Nacional de Secretários da Educação (CONSED), argumentando que estas por serem organizadas em torno de um percurso único seriam rígidas, disciplinares e com um excessivo número de componentes curriculares o que justificaria uma flexibilização do percurso; do outro, o Movimento em Defesa do Ensino Médio, organizado por

intelectuais e entidades sociais, afirmavam que tal proposta fragmentaria a formação e desconstituiu a educação básica, deixando de ser obrigatória e comum, conforme determina a LDB/1996 e as DCNEM/2012.

Contudo, a discussão é sufocada a partir da Medida Provisória n. 746, incorporando as propostas da iniciativa privada e o CONSED, culminando na promulgação da lei 13.415 em 16 de Fevereiro de 2017, que estabelece novas diretrizes e bases para o ensino médio nos termos lançados pela MP.

Frigotto e Motta (2017, p. 357-358) apontam que de maneira sintética, a questão chave proposta pela lei 13.415/2017 é investir no capital humano visando maior produtividade, modernizar a estrutura curricular através da flexibilização por áreas de conhecimento e melhorar os resultados do desempenho escolar. A ideia de investimento em capital humano é uma concepção de formação humana intrínseca aos marcos restritos das necessidades do mercado, de maneira que:

A  
formação  
humana  
é  
diretamente  
articulada  
com a  
formação  
da força  
de  
trabalho,  
sendo  
esta  
considerada  
um dos  
fatores  
de  
produção,  
assim  
como o  
maquinário.  
Trata-se  
de uma  
concepção  
predominante  
na  
história  
da  
educação  
brasileira,  
legitimada  
em  
políticas  
públicas  
de  
educação  
em  
diferentes  
momentos  
dos ciclos  
do capital  
[...] no  
atual  
ciclo de  
globalização  
neoliberal,  
esse  
investimento  
é  
justificado  
pelo  
aumento  
da  
competitividade  
no  
mercado  
internacional  
e para  
gerar  
condições  
de  
empregabilidade  
(Frigotto  
e Motta,  
2017, p.  
358).

Dessa forma é possível identificar a partir dos argumentos apresentados pelos autores aqui discutidos, que a reforma do ensino médio é uma política educacional que se insere em um contexto de crise econômica, e como tal expressa elementos que traduzem os conflitos dos interesses de classe característicos do momento político em que é formulada. Resta-nos discutir como ela se insere nas contradições do desenvolvimento capitalista brasileiro.

**Elementos de uma reforma educacional articulada ao capitalismo dependente brasileiro**

A totalidade das relações de produção capitalista em que se articula a reforma do ensino médio e os elementos que expressam as suas contradições, também deve ser interpretada de acordo com as particularidades das determinações históricas características do desenvolvimento capitalista brasileiro, que por sua vez reflete as contradições inerentes a inserção do continente latino-americano no mercado mundial.

De acordo com Marini (2013, p. 47) a história do subdesenvolvimento do continente latino-americano é história do desenvolvimento da economia capitalista mundial, de maneira que para a compreensão de ambos, se faz necessária a compreensão dos mecanismos que formularam a evolução da economia capitalista mundial.

Florestan Fernandes (1975) afirma que a semelhança dentre os países latino-americanos se origina por fator histórico em comum, uma forma de colonialismo moderno organizado e sistemático que se inicia com a dominação espanhola e portuguesa e adquire contornos mais complexos após a independência nacional dos países colonizados desse modo. Dessa forma, persiste uma incorporação dependente dos países latino-americanos na evolução do sistema capitalista, integrados de forma subalterna ao espaço econômico, cultural e político ao desenvolvimento histórico do capitalismo enquanto sistema econômico de relações globais. Na educação tal integração perpassa a relação do País com Organismos Internacionais.

De acordo com Frigotto e Motta (2017) no pano de fundo da proposta, existem duas requisições: i) a melhoria do ensino tendo como critérios de qualidade os termos apontados pela Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) através do Programa Internacional de Avaliação dos Alunos (Pisa, em sua sigla em inglês) e os sistemas de avaliação nacional e estaduais que geram índices, como o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB); ii) uma modernização do Ensino Médio, por meio de uma flexibilização por áreas de conhecimento, voltada para as aptidões dos estudantes e das unidades escolares.

A atuação dos organismos internacionais sob a educação tem como foco administrar questões sociais geradas pela contradição capital-trabalho e que tem suas impressões ampliadas nas desigualdades sociais e relações de poder. Contudo, contradizendo o aprimoramento da força de trabalho proposta pela teoria do capital humano, o que encontramos ao analisarmos o conteúdo da reforma, é o escopo para a preparação das relações de trabalho características no desenvolvimento do modo de produção capitalista na América Latina, marcadas pela sua superexploração em relação aos países centrais.

Kuenzer (2017) aponta que as mudanças propostas podem ser agrupadas em torno de dois eixos: i) carga horária e ii) organização curricular. No que diz respeito a carga horária, a lei determina ampliação progressiva para até 1400 horas, devendo ser atingidas 1000 horas em no máximo 5 anos, de maneira que tendo em vista essa ampliação nos 200 dias letivos, a carga horária diária passa a ser 5 horas atingindo progressivamente 7 horas, efetivando o ensino integral.

No aspecto da organização curricular, sob a justificativa de flexibilizar as trajetórias curriculares para atender os projetos de vida formulados pelos jovens, são permitidos novos percursos onde da carga horária total, cerca de 1800 horas, passam a ser comuns desde que atendam a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) estabelecendo apenas a duração máxima para o conteúdo curricular comum, o que abre possibilidade para os sistemas escolares proporem uma carga horária menor, tendo em vista que a Lei não estabelece o mínimo. É importante registrar que, dentro dos ciclos formativos, insere-se a qualificação profissional de caráter técnico e utilitarista, dissociada de uma formação ampla que possibilite aos educandos a reflexão crítica sobre os fundamentos da relação Política-Educação-Trabalho.

Tais elementos coadunam com a superexploração do trabalho se relacionados a dinâmica do processo produtivo características das relações entre países dependentes e centrais. De acordo com Marini (2013) o processo de industrialização e urbanização dos países centrais infla a demanda mundial de matérias-primas e alimentos, desencadeando para a economia exportadora americana um auge sem precedentes porém profundamente marcado pelo aprofundamento da dependência em relação aos países industrializados.

A dinâmica dependente da economia capitalista, uma vez que a mais valia gerada na esfera do comércio mundial é absorvida pelos capitalistas estrangeiros, gera duas consequências: tanto na redistribuição dentre as classes dominantes locais que tem a sua parte de mais-valia interna convertida em demanda de bens importados, o que reduz consideravelmente o excedente passível de ser reinvestido; como também, a parte da mais-valia presente nas mãos do capital estrangeiro só é reinvestida de acordo com os desígnios da economia central.

Assim, a economia nos países latino-americanos é essencialmente exportadora, especializada em alguns poucos bens primários, e por consequência disso, as classes dominantes locais com o intuito de se ressarcir desta perda, aumentam exponencialmente o valor absoluto da mais-valia sob o trabalhadores através de um processo de submissão a superexploração do trabalho.

## **Conclusão**

Dessa forma podemos entender que a partir dos elementos apresentados pelos autores que se dispõe a analisar a reforma do ensino médio, ela pode ser entendida enquanto uma política educacional voltada para a formação da força de trabalho brasileiro em um contexto de produção capitalista dependente, na realidade, uma política econômica expressa através de seus pressupostos fundamentados na teoria do capital humano correlacionados as determinações históricas da reprodução do modo de produção capitalista dependente para a população jovem no Brasil desde o seu processo de industrialização.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

COSTA, Edmilson. **A crise econômica mundial, a globalização e o Brasil** – Instituto Caio Prado Jr. São Paulo, 2013.

CURY, Carlos Roberto Jamil. O ENSINO MÉDIO NO BRASIL: histórico e perspectivas. **Educação em Revista (UFMG)**, AUTÊNTICA-Belo Horizonte, v. 27, p. 73-84, 1998.

FRIGOTTO, Gaudêncio. MOTTA, Vânia Cardoso da. Porque a urgência da reforma do ensino médio? Medida provisória N 746/2016 (Lei N. 13. 415/ 2017) – **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 38, n. 139, p. 355-372, abr-jun., 2017.

FERNANDES, Florestan. **Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina**. Zahar, 3 ed. Rio de Janeiro, 1975.

KUENZER, Acácia Zeneida. Trabalho e Escola: a flexibilização do ensino médio no contexto do regime de acumulação flexível – **Educação e Sociedade**, v. 38, n. 139, p. 331 – 354, abr-jun, 2017.

MARINI, Rui Mauro. **Subdesenvolvimento e revolução**. Insular. 4 ed. Florianópolis, 2013.

MESQUITA, Silvana Soares de Araujo. LELIS, Isabel Alice Oswaldo Monteiro. Cenários do ensino médio no Brasil. **Ensaio: aval. Pol. publ. Educ.**, v. 23, n. 89, p. 821-842, out/dez. Rio de Janeiro, 2015.

SANTOS, Anselmo Luís dos. GIMENEZ, Denis Maracci. Inserção de jovens no mercado de trabalho **Estudos avançados**, n. 85, vol. 29. São Paulo, 2015.